



Carta do IV Encontro Estadual do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

À sociedade civil, autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Tocantins.

O Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos reforça os esforços necessários para adoção de medidas fundamentais quanto ao imenso desafio do setor agrícola em produzir alimentos de forma sustentável frente a escalada no uso de agrotóxicos, assim sendo repactua as propostas e necessidades de ações definidas nos Encontros Estaduais anteriores. Nesse sentido, o Fórum realizou no último ano três reuniões ordinárias, consolidando a atuação das comissões temáticas de Fiscalização, Monitoramento e Rastreabilidade; de impactos à Saúde, ao Meio Ambiente e de Alternativas Sustentáveis; e de Informação e Pesquisa, no sentido de potencializar os esforços das instituições que o integram para a consecução dos seus objetivos. O Fórum também criou a Comissão Temporária de Políticas Públicas.

O IV Encontro Estadual, realizado no dia 14 de Junho de 2019, trouxe para a discussão o tema da segurança alimentar e a importância do conhecimento sobre a contaminação da água potável e dos alimentos com agrotóxicos e a possibilidade de investir em produção de alimentos agroecológicos para que seja possível garantir **Segurança Alimentar** definida como “*o estado existente quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a uma alimentação que seja suficiente, segura, nutritiva e que atenda às necessidades nutricionais e preferências alimentares, de modo a propiciar vida ativa e saudável*”, segundo conceito da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO. O primeiro Dia Mundial de Segurança Alimentar foi celebrado no dia 07 de junho de 2019.

Tendo como foco a segurança alimentar, destacamos os avanços trazidos ao IV Encontro relacionados a presente agenda, na perspectiva de que as experiências venham colaborar na consolidação das ações e resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.

No tema “Segurança Alimentar: contaminação da água para consumo humano”, o entendimento é de a água é um alimento essencial para os seres vivos e, em especial, para os seres humanos. O monitoramento da qualidade da água fornecida pelas empresas públicas e privadas de saneamento básico é uma obrigação tanto do fornecedor quando dos órgãos de comando e controle e, acima de tudo uma questão de saúde pública.

A notícia divulgada na Revista Casa e Jardim e no Repórter Brasil enfatiza que “um coquetel



que mistura diferentes agrotóxicos foi encontrado na água de uma em cada quatro cidades do Brasil entre 2014 e 2017. Nesse período, as empresas de abastecimento de 1.396 municípios detectaram todos os 27 pesticidas que são obrigados por lei a testar. Desses, 16 são classificados pela Anvisa como extremamente ou altamente tóxicos e 11 estão associados ao desenvolvimento de doenças crônicas como câncer, malformação fetal, disfunções hormonais e reprodutivas”. No Tocantins, 121 dos 139 municípios detectaram agrotóxicos na água, segundo informações da matéria jornalística que utilizou, para isso, os dados do Vigiágua.

Diante dessa notícia, o painel 1 do IV Encontro discutiu o que o MP está fazendo e o que a academia já constatou sobre o problema, além de ter apresentado o posicionamento do Vigiágua estadual e da empresa de saneamento BRK ambiental. O IV Encontro deixou evidenciado a importância no investimento e o papel estratégico da pesquisa aplicada, desenvolvida pelas universidades e outros Centros de Pesquisa.

No painel temático 2: “Segurança Alimentar: resíduos de agrotóxicos nos alimentos”, o debate perpassou pelo monitoramento da qualidade pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para) do governo federal e seus desafios. No painel também foi apresentada a visão da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Tocantins (AEATO).

No painel temático 3 foi discutida a segurança como uma política pública que precisa ser valorizada. Foi também apresentada a experiência de produção via Comunidades que Sustentam Agricultores (CSA), com o caso do CSA Babaçu, o primeiro do Tocantins.

Quanto à contaminação da água potável por agrotóxicos e os impactos na segurança alimentar e consequentemente na saúde humana foi sugerido:

- Fazer gestão para que a metodologia de coleta, transporte e análise da água potável seja divulgada e debatida com as instituições de comando e controle e com a academia, com o intuito de melhorá-la.
- Construir uma estratégia para que as informações sobre os tipos e quantidade de agrotóxicos utilizados nos empreendimentos agrícolas que impactem as bacias hidrográficas sejam disponibilizados para facilitar o monitoramento da qualidade da água.
- Solicitar ao Ministério da Saúde que esclareça todas as dúvidas sobre a real qualidade da água potável no Brasil, especialmente no Tocantins.
- Inserir os membros do Fórum no debate sobre as modificações na PRC 5, anexo XX do Ministério da Saúde que especifica em seu anexo VII os princípios ativos dos agrotóxicos que devem ser monitorados nas análises semestrais das companhias de saneamento básico.



V V

- Fazer gestão para que os dados do Sisagua sejam disponibilizados para a população, para os estados e municípios.
- Sanar as dúvidas sobre os dados do Sisagua sobre o Tocantins já que a tabela com as informações nos leva a crer que a água potável de 121 municípios do Tocantins tem 27 princípios ativos de agrotóxicos abaixo do Limite Quantificável (LQ) e acima do Limite Detectável (LD), o que gera insegurança para o consumidor.
- Incentivar e acompanhar as pesquisas científicas que possam analisar os efeitos sinérgicos do coquetel de agrotóxicos presentes na água, considerada um dos princípios alimentos dos seres vivos.
- Divulgar que a dinâmica dos agrotóxicos na água difere de princípio ativo para princípio ativo e que, por isso, cada um demanda uma metodologia diferente de análise.
- Divulgar que os diferentes tipos de agrotóxicos possuem “meia vida” diversa, reagem e acumulam em diferentes meios de acordo com as estações do ano, clima e as condições topográficas e hidrográficas locais.
- Divulgar intensamente que os agrotóxicos se concentram nos organismos vivos da cadeia alimentar e se acumulam no organismo vivo e causam prejuízos à saúde humana.
- Propor a melhoria da portaria do MS no quesito limite permitido de agrotóxico na água, aproximando-o do limite da União Europeia.
- Divulgar que o Ministério Público sempre vai atuar em desfavor daqueles que agem em desacordo com as normas ambientais e atuará em defesa dos direitos difusos, dentre eles o meio ambiente e da saúde humana, sem retroceder.
- Enfatizar que o planejamento é fundamental para o embate do uso abusivo de agrotóxicos.
- Publicizar que nem todos os municípios fazem o monitoramento da qualidade da água.
- Explicitar que o Sisagua é uma ferramenta do Vigiágua que necessita de ajustes, dentre eles a transparência, mas que, mesmo assim, é muito importante.
- Explicitar que existe uma invisibilidade intencional do agrotóxico como agente que impacta negativamente a segurança alimentar.
- Entender que os alimentos e água que fazem parte da nossa alimentação é uma imposição que raramente temos como escolher não consumir. E, sendo uma imposição, devemos ao menos ter o direito de saber o que realmente estamos comendo.
- Divulgar que a exposição aos agrotóxicos no Tocantins é superior à média nacional.
- Intensificar as ações de fiscalização e inspeções de forma intersetorial no uso dos agrotóxicos em empreendimentos agrícolas, envolvendo também a Vigilância Ambiental e



V V

Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Quanto aos Resíduos de Agrotóxicos nos alimentos:

- Garantir a ampliação da rede de laboratórios certificados para a análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos, com a efetiva implementação do plano de amostragem da Visa estadual e, respectivo, mapeamento da rastreabilidade da origem de amostras insatisfatórias.
- Propiciar apoio e ampla divulgação do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), com o estabelecimento de uma campanha de conscientização dos consumidores e transparência dos produtos não conformes.
- Garantir a presença do Engenheiro Agrônomo e Florestal na indicação, orientação, capacitação e até mesmo na aplicação dos agrotóxicos, quando se fizerem necessários por indicação prescritas por estes profissionais habilitados.
- Promover a fiscalização e a responsabilização dos profissionais quando da indevida prescrição de agrotóxicos, bem como dos agricultores que não possuem responsável técnico no acompanhamento de suas atividades e que demandem aplicação desses produtos.
- Priorizar o processo produtivo na perspectiva da produção integrada, principalmente para as culturas já certificadas pelo Immetro e MAPA, bem como a produção orgânica.

Quanto ao modelo de produção Comunidades que Sustentam Agricultores (CSA):

- Dar visibilidade aos produtores agroecológicos, suas experiências e produtos disponíveis, bem como os meios para sua aquisição, garantido amplo conhecimento e reconhecimento do mercado consumidor.
- Fomentar o mercado local para que os consumidores tenham opções de realizar escolha de que tipo e onde adquirir os alimentos que consomem.
- Ampliar a Extensão Rural e que esta tenha uma visão sistêmica das formas de produção agroecológica e não somente da forma convencional de cultivos com utilização cada vez maior de insumos químicos e agrotóxicos;
- Facilitar o caminho da informação entre instituições e produtores, através das tecnologias de comunicação disponíveis atualmente;
- Viabilizar as políticas públicas que garantam a segurança alimentar.

Finalizando, este Fórum recomenda fortemente que a sociedade tocantinense se mobilize para participar da consulta pública sobre o Glifosato disponível na página da Anvisa.

~~Alvaro Mangano~~

Alvaro Mangano

~~Marcelo~~

Marcelo

~~Guilherme~~

Guilherme

~~Thales~~

~~Thales~~

Thales

Marage

~~Adriano~~

ADRIANO

~~Adriano~~

Adriano F. Valador

~~Adriano~~

Adriano

Adriano

~~Adriano~~

Adriano